

AS MÚLTIPLAS RELAÇÕES ESPACIAIS DE PODER NO ESPAÇO DA MINERAÇÃO

Luiz Jardim de Moraes Wanderley¹

1. INTRODUÇÃO

Os territórios são formados, mantidos e destruídos ao longo do tempo histórico. Neste processo atuam atores sociais que são ativos, existente neste espaço em um determinado período. O ingresso de novos atores tende a modificar as relações de poder, redefinindo velhas fronteiras e construir novas. Os territórios podem se sobrepor, o que significaria a aliança ou confrontação de interesses entre atores que lutam por espaço e recursos. As transformações espaciais decorrentes da sobreposição podem gerar alianças ou suscitar velhos e novos conflitos, que serão norteados por discursos legitimadores de cada interesse, ou até mesmo por confrontos diretos. O espaço complexo constituído por campos de forças diversas e múltiplas relações de poder, se torna um rico campo de análise para geografia.

O município de Oriximiná-PA, na década de 1970, foi escolhido, devido ao potencial em recursos minerais (bauxita), para sediar um dos pólos de desenvolvimento regional, implantado pelos projetos de integração nacional dos Governos Militares. O projeto de exploração de bauxita, da Mineração Rio do Norte, foi composto pela união do capital financeiro nacional e internacional (joint-venture), cujo objetivo foi construir um complexo de alumínio no estado do Pará, formando um corredor (Mina -Hidrovia - Albrás/Alunorte - Porto). No intuito de possibilitar empreendimento extrator construí-se infra-estruturas em transporte e moradia, que transformaram a paisagem no interior da Floresta Amazônica.

No espaço geográfico onde se instalou o projeto minerador e no seu entorno, existiam territórios usados por comunidades de origem quilombola e caboclas, localizada entre os rios e as margens dos rios e nos platôs sedimentares. A região foi altamente modificada e reestruturada pelos atores antigos e novos.

A empresa mineradora ao instalar-se na região, em 1976 trouxe consigo novos atores e relações de poder, de acordo com seus interesses ou como reflexos de suas ações. Dentre os agentes e atores sociais que compõem a configuração social regional estão: Agentes administrativos financeiros como: organismos internacionais, Banco Mundial, ONU, G7 e as diversas esferas Estatais e suas instituições INCRA, IBAMA, FUNAI etc.; atores capitalistas: empresas e organizações governamentais; atores sociais individuais ou

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ
lulajardim@click21.com.br

coletivos: caboclos, quilombolas, sindicatos, associações, além das igrejas, partidos políticos e ONG's;. Esses são alguns dos atores que moldaram os novos recortes territoriais regionais. Os diferentes objetivos para o uso do espaço, por mais de um ator social, criam territórios sobrepostos.

Neste contexto, afloraram-se conflitos, nos quais os choques de interesses e discursos são visíveis. As sobreposições dos territórios geram a construção de discursos ideológicos por cada ator, cujo intuito é legitimar sua territorialidade e ações. Além dos embates no campo intelectual da ideologia, pode-se ver que os conflitos se expressam, geralmente, por meio de relações hostis e, até mesmo, por atos de violência.

A luta por território no âmbito capitalista do espaço amazônico se dá só no campo de conflito de terra ou do espaço de sobrevivência, mas também em relação à batalha por interesses econômicos, por recursos minerais, por reserva de valor e ainda pela manutenção de grupos étnicos, de crenças, costumes e direitos históricos.

O presente trabalho tem como objetivo central identificar os diversos atores sociais anteriores à chegada da Mineração Rio do Norte e, posteriores à delimitação de seus territórios e aos discursos ideológicos para legitimá-los, assim como examinar suas redes de relações, ações e interesses, considerando o âmago dos conflitos neste espaço.

Nossa indagação pode ser dividida em sub-questões: 1) Discutir quais os recursos naturais existentes na região do baixo Rio Trombetas e suas importâncias para formação, sobreposição e conflitos territoriais; 2) Entender a formação do atual espaço de Oriximiná, como espaço da mineração, a partir da compreensão dos processos e das ações dos diferentes atores ao longo do tempo; 3) Identificar as transformações espaciais, sociais, econômicas e políticas ocorridas após a chegada da Mineração Rio do Norte e dos atores que a acompanham.

O trabalho de campo de reconhecimento em Oriximiná foi crucial ao desenvolvimento da análise proposta. Visitas foram realizadas em algumas comunidades, Porto Trombetas (sede da empresa) e a cidade de Oriximiná. Entrevistas abertas com atores coletivos e individuais foram conduzidas de forma que os diversos atores sociais fossem contemplados. Dessa forma representantes das diversas instituições, grupos e agentes sociais tiveram seus discursos identificados e analisados, assim como suas ações voltadas para a luta em defesa de seu território.

Para nortear nosso trabalho, dois conceitos chave foram considerados fundamentais: território e rede. Entendemos os dois conceitos como indissociáveis e complementares, como apontam RAFFESTIN (1993) e HAESBERT (2004), no espaço formado por sistemas de objetos e ações (RAFFESTIN, 1993; SANTOS 1996). São as ações, que sempre

comandadas por objetos, constroem redes de relações sociais que se imprimem no espaço e que constituem o território (RAFFESTIN, 1993). A rede de relações social é representada como sendo: os pontos, os atores e/ou objetos, e as linhas, as ações, constituídas por uma variedade de fluxos, de materiais, capitais, informações e ideologias etc. É a partir do sistema de redes que se origina as relações de poder.

O território, neste sentido, é entendido como “um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (SOUZA, 1995:78). As relações de poder poderão, mas nem sempre, serem hierárquicas. A hierarquia caracterizará o controle absoluto de um determinado grupo para com outros e a dominação do espaço, formará o território. Porém, outros atores, por meio de suas ações e relações sociais, poderão confrontar os interesses e o poder do dominador, aflorando conflitos, sobreposições ou lutas territoriais.

Por fim, no intuito de melhor conceituar e compreender a problemática, entendemos os territórios e as redes em um processo combinado, no qual se formam os territórios em rede, ou territórios-redes (HAESBAERT, 2004), ou seja, os territórios são formados por meio de relações sociais de poder, que se difundem por meio de ações em redes constituindo territórios.

2. ORIXIMINÁ ANTES DA MINERAÇÃO

As peculiaridades geográficas da região em estudo, segundo seus caracteres físicos, sociais, econômicos, políticos e históricos, são determinantes para explicar os processos de ocupação, as presenças de determinados atores e os conflitos hoje existentes. São também fontes de análise, sobre a qual, podemos identificar a origem dos territórios, suas localizações e seus objetos de interesse (majoritariamente representados pelos recursos naturais). Aproveitamos assim, para a partir da análise geográfica discutir como as relações entre sociedade e natureza transformam os objetos e as ações, constroem, destroem, reconstroem territórios.

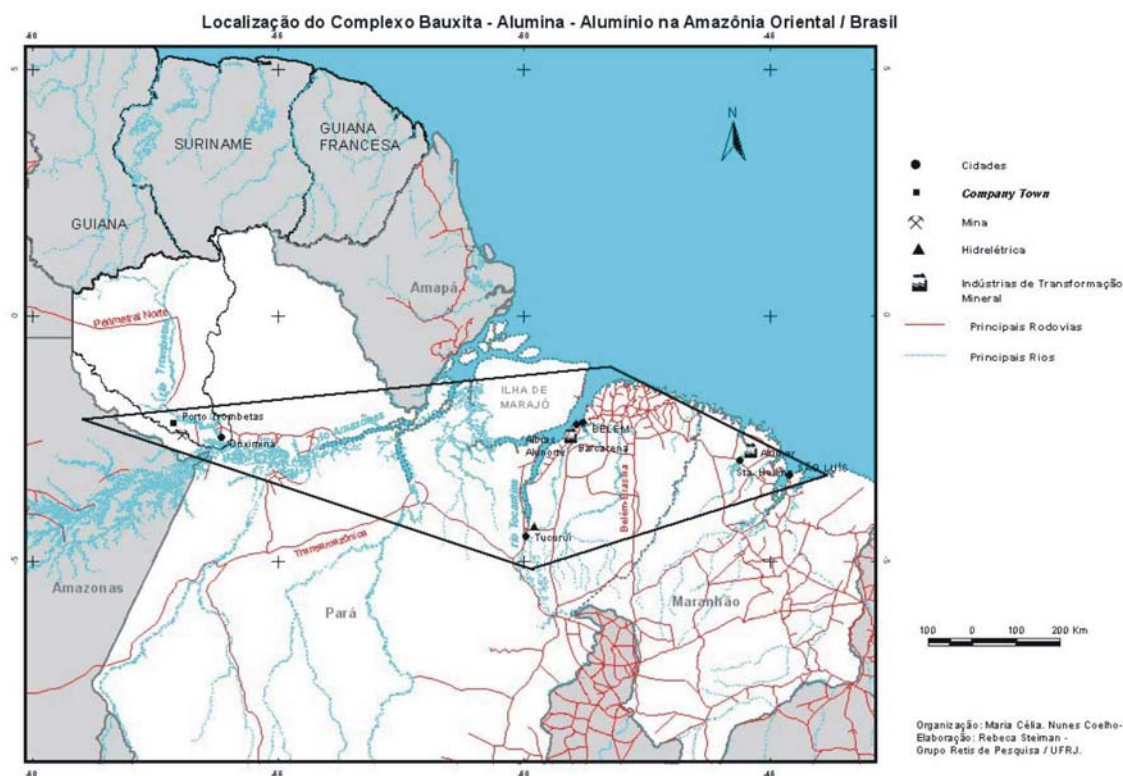
2.1 Características Gerais do Município de Oriximiná

O município de Oriximiná localiza-se a noroeste do estado do Pará, na região norte do Baixo rio Amazonas; englobando a faixa de fronteira internacional ao norte, até o vale do Amazonas ao sul. O território político administrativo do município é de grandes extensões, aproximadamente 107.602,99 km².

Dois rios de grande importância regional banham o município: o Amazonas e o Trombetas. O primeiro passa tangenciando a fronteira sul com o município de Juruti, sendo a principal via de ligação entre municípios e regiões da Amazônia. Enquanto o segundo nasce nas encostas do planalto cristalino no interior dos próprios limites municipais, cortando-o na direção Norte-Sul, até desembocar no rio Amazonas, localizada sobre a

planície aluvial do quaternário. O rio Trombetas possui regionalmente grande importância pois, possibilitou devido a sua navegabilidade, que se estende do contato com o cristalino (ocorrência de encachoeiramento) até a foz no Amazonas, a ocupação de suas margens e do interior do município, além de conectar os dois principais núcleos urbanos (Oriximiná e Porto Trombetas) e servir de hidrovia para as embarcações com bauxita.

A paisagem natural municipal é composta por terrenos de rochas pré-cambrianas do Escudo Guianense, ao norte, de onde corre a maior parte da drenagem; planaltos sedimentares do paleozóico ao centro; platôs sedimentares altos e baixos do terciário (formação Barreiras), origem dos diversos igarapés e formadores de grandes lagos; e as planícies aluviais do quaternário formadas pela deposição do médio e baixo curso do Amazonas e dos baixos cursos de seus afluentes. A vegetação, de floresta equatorial densa, varia de acordo com relevo e com a drenagem ou existência de água. Encontramos vegetações típicas de várzea, igapó e matas altas de terra firme (IBGE, 1977).



O meio natural é de extrema importância para economia da região do rio Trombetas, como tradicionalmente ocorre nas áreas de floresta equatorial densa, onde a economia extrativista é o pilar de sustentação da exportação regional. Segundo Acevedo e Castro (1998), em meados do século XVIII, o extrativismo da região do rio Trombetas já se projetava nas estatísticas do Baixo Amazonas, com destaque para o óleo de copaíba, salsaparrilha, madeira e principalmente a castanha-do-pará, as duas últimas naturais das terras dos altos platôs. Com a implantação local da empresa MRN, na década de 1970, e

com a queda do preço da castanha no mercado internacional, a região passou a se apoiar em outra economia extrativista, o extrativismo mineral da bauxita, este também presente nos platôs sedimentares.

Deste modo, ocorre uma espécie de sobreposição de territórios de recursos naturais economicamente exploráveis nos platôs terciários da região do Baixo Trombetas. Consecutivamente, os interesses econômicos e políticos levarão ao embate entre os atores beneficiados pelos respectivos produtos, naturalmente e territorialmente sobrepostos, como discutiremos posteriormente.

Os recursos naturais, as posições e os valores das paisagens são construções sociais e temporais, criação humana em respectivos períodos históricos. O tempo modifica os interesse da sociedade por determinados objetos, o que modifica suas ações para com ele. Os recursos se tornam valorosos e então exploráveis quando passam a ser ter utilidade na sociedade e/ou para o sistema. As construções sociais se modificam, mas não por completo, deixando marcas no espaço e na sociedade.

2.2 Formação Histórica de Oriximiná

Durante inspeções efetuadas por militares e religiosos na região do rio Trombetas em 1727, constatou-se a existência de povoados de numerosas tribos indígenas. Os povoados se situavam as margens dos rios, pois os indígenas consideravam as encostas florestadas e interflúvios, nascente dos igarapés, como espaços desconhecidos e temerários, onde não se atrevia penetrar (AB`SABER, 2003). O processo de ocupação das várzeas e posteriormente das terras firmes próximas aos rios pode ser considerado o primeiro padrão de povoamento amazônico. Sua dominância condizia com possibilidade de navegar por dentre os rios e pela dificuldade de adentrar no interior da floresta tropical densa.

Apesar de algumas excursões religiosas no rio Trombetas, podemos considerá-lo um dos afluentes menos explorado do Amazonas, devido às dificuldades naturais enfrentadas pelos exploradores. Foram os negros, no século XVIII, fugidos de Óbidos e Santarém que transpassaram tais obstáculos. (ANTUNES, 2000).

A partir de meados do século XVIII, alterou-se o movimento de ocupação do Baixo Amazonas, que ainda permanecia lento, por meio das pressões das políticas econômicas coloniais Pombalinas. A região passou a ser ocupada por plantações de cacau, visando o mercado europeu. Junto com o desenvolvimento do cultivo de cacau, foram sendo adquiridos de diversas regiões da África e introduzidos na Amazônia, os trabalhadores negros escravizados. O tráfico negreiro foi reflexo da luta dos Jesuítas pelo controle dos

povos indígenas, levando a lei colonial de 1755 que decreta a liberdade e a retirada do regime de escravidão dos índios (ACEVEDO e CASTRO 1998; ANTUNES, 2000).

Foi o cacau, segundo Dauril Alden, que promoveu a colonização amazônica durante o século XVIII, mas os proprietários de sesmarias foram afetados pelas variações dos preços, concorrência no mercado internacional, pesadas relações entre credor e devedor, precários níveis tecnológicos e a dificuldade com a mão de obra escrava (ALDEN Apud ACEVEDO e CASTRO 1998). Como efeito, deu-se à instabilidade dos empreendimentos e a fuga dos escravos, causando a crise dos produtores cacauzeiros no início do século XIX.

No fim do século XVIII e durante o XIX (intensificando-se no período da Cabanagem de 1831-1835), os negros em reação ao escravismo utilizavam-se das fugas. Foi durante as trajetórias dos fugitivos das senzalas e posteriormente dos grupos de milícias, que se descobriu e ocupou os territórios, naquele período histórico estratégico, das cachoeiras dos rios Trombetas e Erepecuru. Os cursos dos pequenos rios e das quedas d'água permitiram que os negros adentrassem na floresta. Os negros organizaram-se em quilombos nas matas às margens dos rios.

Ainda temerosos das incursões de captura, socialmente justificada pela ideologia do modelo escravista e intensificada com o fim do tráfico negreiro, os fugidos ocuparam os planaltos cristalinos, ou seja, os terrenos acima das cachoeiras, cujo acesso é dificultado pelas condições naturais. O processo de territorialização negra avançou sobre as terras indígenas do rio Trombetas empurrando-os cada vez mais ao norte. O processo de fuga dos escravos levou à uma relação até mesmo de proteção, entre os índios e os quilombos. Segundo relata ACEVEDO e CASTRO (1998) os quilombos reuniam negros, índios e foros que somavam aproximadamente duas mil pessoas, em 1823. A heterogeneidade étnica proporcionou o processo de miscigenação etno-cultural, que pode ser observado ainda hoje pelo biótipo das populações quilombolas e por seus costumes.

Os negros se adaptaram as condições ecológicas da região, adequaram-se aos diversos recursos alimentícios e suas sazonalidades, construindo aos poucos um calendário extrativo. No sentido de possibilitar sua reprodução, os negros se organizaram de forma coletiva no uso e na apropriação da terra, fixadas por leis socialmente construídas. Neste sentido construíam uma identidade através das práticas, concepções e princípios comuns (ACEVEDO e CASTRO 1998).

Na segunda metade do século XIX, a economia cacauzeira é ultrapassada pelo extrativismo de produtos naturais da região do Baixo Amazonas, que se tornaram os novos produtos de exportação como a salsaparrilha, cravo do Maranhão, borracha, peixe seco, farinha, madeira, castanha-do-pará e etc.. Foram as economias extrativistas junto com as agropastoris que recuperaram a economia da região, e levaram à uma maior ocupação

pelos colonizadores (*brancos*), das terras devolutas inclusive as terras do Baixo Trombetas, ricas em castanha e madeira.

As redes de informações com a cidade de Óbidos, através dos comerciantes, permitiram que os negros acessassem o entorno da cidade para vender madeira, tabaco e gêneros da floresta, provando que os quilombos não eram territórios completamente fechados e intransponíveis (O` DWYER, 2002). A aproximação com a igreja Católica foi possível devido a este contato com a cidade e pelas missões lideradas por Padre José Nicolino de Souza, com objetivo de catequizar os negros. A Igreja teve um papel importante no controle dos quilombos e possibilitou aumentar o contato das transações econômicas e sociais dos negros com a sociedade regional. Foi o próprio Padre Nicolino, que durante suas missões religiosas em busca dos negros, desbravou as terras firmes na margem esquerda do rio Trombetas em 1877, onde fundou o povoado de Uruáa-Tapera, futura cidade de Oriximiná

No fim do século XIX e primeiro quartel do XX, inicia-se o descenso das populações negras das áreas de cachoeiras, a migração é possibilitada pelo fim da escravidão e pela maior relação do grupo com a economia regional e com a Igreja. A descida das cachoeiras se choca com o processo de apropriação das terras dos *brancos* interessados na economia extrativista da castanha. Neste período, as terras de Oriximiná começam a ser privatizadas por compradores urbanos interessados no comércio da castanha. As *terras de preto* e de caboclos começaram a ser sobrepostas às novas titulações, até porque as comunidades não eram pautadas no direito burguês de propriedade privada, mas sim pelo trabalho.

À medida que o processo de privatização da terra avança, os governos e os atores econômicos incorporam as terras ricas em castanhas criando um novo ator social, os “patrões dos castanhais” e uma nova forma de relação social, através da qual os negros começam a ser introduzidos, à patronagem. O processo de ingresso neste novo sistema de relações não é homogêneo nas comunidades negras como descreve ACEVEDO e CASTRO (1998).

“(...) os quilombolas de fuga ou velhos quilombolas experimentam as duras provações da condição de trabalhadores e homens livres, enquanto os seus descendentes empreenderam, (...) a organização econômica e social das comunidades. Assim moveram-se entre o endividamento com os patrões, via extrativismo da castanha e a existência como camponeses” (ACEVEDO e CASTRO, 1998; p. 114).

Com a economia da castanha, inicia-se o poder das grandes famílias regionais que adquiriram a posse das terras e se tornaram “patrões dos castanhais” e importantes atores

políticos até os dias de hoje, como os Guerreiros, Picanço Diniz, Figueiredo, Almeida, Teixeira e Manuel Costa.

O trabalho de coleta da castanha que antes era desenvolvido de forma familiar foi transferido para controle dos patrões. Neste processo, ocorre algo como a “re-escravização” dos negros, que passaram da agricultura e extrativismo autônomo para a relação de dependência e sujeição para com os patrões.

A patronagem se estendeu por mais de meio século, pois se estruturou num modelo paternalista que se demonstrou forte. Onde a vigilância do patrão foi substituída pela confiança e fidelidade. As relações interpessoais de estreitos laços formaram redutos eleitorais para os patrões dos castanhais, que se tornaram figuras políticas de peso regional, promovendo políticas variantes entre o assistencialismo eleitoreiro e seus interesses econômicos. As formas de gestão patronais da terra não se expandiram espacialmente pela Amazônia concentrando-se na região do Trombetas (ACEVEDO e CASTRO, 1998).

O preço e a importância regional da castanha começaram a decair a partir da década de 1930. O declínio da produção extrativista levou ao enfraquecimento das relações de patronagem, que atingem sua decadência, ou extinção na década de 60. Os patrões dos castanhais perdem parte de seu poder sócio-econômico, mas mantêm seu poder político, administrando os órgãos públicos municipais e regionais.

Foram alguns destes atores políticos, que na década de 1970, apoiaram o ingresso do projeto minerador na região, pois se beneficiaram de alguma forma com a entrada deste empreendimento. O projeto minerado sobrepôs a crise da economia extrativista, mudando as bases econômicas e a organização sócio-espacial local, transformando a rede de atores atuantes seus interesses e discursos.

3. A MINERAÇÃO, O PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO E AS TRANSFORMAÇÕES SÓCIO-ESPACIAIS

O projeto minerador é produto de políticas públicas, que promoveu na escala local o processo de institucionalização, isso é a introdução de novas instituições públicas e privadas (agências, empresas, órgãos etc.) criadoras de normas, leis, e regras de regulação sobre o território. Nesse processo, encontramos a empresa Mineração Rio do Norte (MRN), como introdutora de novas instituições, em convenio com o IBAMA.

Se pensarmos na empresa MRN não como um simples ator na região do Trombetas, mas como o maior transformador ou potencializador das mudanças sócio-espaciais ocorridas, podemos construir, em termos teóricos, algo que poderíamos identificar como o “Espaço da Mineração”. Não um espaço geográfico comum, mas o que sofreu os impactos do empreendimento e interesses do projeto. Como nos mostra COELHO (1997; 2000; 2002)

em seus trabalhos sobre a Companhia Vale do Rio Doce em Carajás, os projetos mineradores são transformadores e criadores de um novo espaço social, econômico, cultural, político e ecológico.

O “Espaço da Mineração” pode ser visto em diversas escalas por ser um fenômeno de efeitos multi-escalares, como mostra os diversos trabalhos de COELHO. Optamos por analisar a escala local, ou seja, a região do Baixo Trombetas, em suas transformações na organização sócio-espacial e os conflitos causados pelas mudanças ocorridas.

Apesar de considerarmos a MRN como maior potencializador das transformações sócio-espaciais, não quer dizer que desconsideramos a importância de outros atores existentes para construção do espaço. Acreditamos que os atores têm sua importância mais ou menos ressaltada neste espaço de acordo com o grau de relação com a mineração. Por isto, veremos o papel de cada ator na transformação sócio-espacial, suas inter-relações e sua relação com a MRN.

3.1 A Sobreposição dos Territórios da MRN e das Comunidades Quilombolas

O projeto de extração de bauxita em Oriximiná, financiado por capitais nacionais e estrangeiros (joint-venture), faz parte da estratégia de atores nacionais e internacionais, cujo objetivo era alimentar o mercado de bauxita e alumínio em crise, devido ao fechamento da indústria de alumínio japonesa por consequência da crise do petróleo (BUNKER, 2000). O pólo minerador, para o governo federal, inseria-se no II Plano Nacional de Desenvolvimento – II PNB (1975-79), no qual o objetivo consistia em promover a integração da região amazônica através da ocupação capitalista e populacional. O espaço “vazio” era visto como terreno fértil para reprodução do capital.

A problemática na região de rio Trombetas começa na crença do mito do vazio demográfico. Na região, como explicamos no capítulo anterior, existiam comunidades extrativistas organizadas e distribuídas espacialmente. Os indivíduos viviam em comunidades étnicas socialmente fechadas autônomas (quilombolas e caboclas), promovendo cultivo de subsistência e coletando espécies vegetais e animais para consumo próprio e comercialização no mercado regional; ou sob controle dos então decadentes “patrões dos castanheais”. No princípio do empreendimento mineral, as comunidades foram ignoradas, as áreas ocupadas pela empresa foram consideradas territórios vazios, criando-se a teoria de que a empresa foi a primeira a chegar, tendo assim o direito a exploração em detrimento das comunidades tradicionais (ACEVEDO e CASTRO, 1998). É importante ressaltar, que, ao promover o discurso pioneiro da região a MRN, procura legitimar seu território e controlar os territórios ocupados anteriormente por negros e caboclos. Neste processo de formação do pólo minerador, comunidades foram desterritorializadas, por meio de expulsão de suas terras, como foi o caso da comunidade Mãe Cue, localizada a margem

do igarapé Terra Preta retirada em 1981 para implementação do projeto da Alcoa Mineração S.A., que não foi concluído.

A MRN apresentou em seu ingresso um panorama promissor para o futuro da região com a geração de empregos, dinamização da economia regional, o que provocou o sentimento de futuro atendimento das necessidades básicas, que deveriam ser promovidas pelos órgãos públicos, por parte das comunidades locais: hospital, escola e estrutura de comercial. De acordo com a avaliação dos ribeirinhos, os efeitos reais do projeto não foram como anunciado em sua implantação, os negros e outros habitantes do entorno que viam a possibilidade de ingressar como funcionários da empresa e ascenderem socialmente, viram-se então restritos a um pequeno número de funcionários contratados na região; os suprimentos das necessidades básicas também não foram realizados, com uma estrutura fechada e de extremo controle de entrada a Company-Town (Porto Trombetas) não permitia o acesso livre aos habitantes.

No que diz respeito à economia regional, podemos dizer que a mineração dinamizou-a, mas não incluiu as comunidades rurais e do entorno neste processo. Elas além de não terem sido integradas como mão de obra na empresa, também perderam continuamente parte de sua fonte de renda (a extração da castanha) e de seus territórios usados, por estarem localizadas, biogeograficamente, nos topos dos platôs, objetos de extração da bauxita. Observamos neste sentido, a sobreposição de territórios naturais da castanha e da bauxita, que por serem produtos economicamente valiosos, tornam os territórios valiosos para uso sociais e objeto de interesses. A sobreposição dos recursos naturais gera impasse, pois a exploração de um é excludente a do outro, levando ao acirramento dos conflitos territoriais e dos interesses de cunho econômico.

Os negros durante séculos organizaram-se em quilombos nas margens dos rios, mas seus territórios não se restringiam às margens. Os platôs também faziam parte dos seus limites territoriais, pois eram utilizados para aquisição de produto para consumo próprio e de comercialização. Podemos caracterizá-los como territórios contínuos sobre o quais os negros migravam pendularmente, à procura dos recursos naturais da floresta. A MRN mudou completamente a organização territorial deste grupo. Anteriormente, eles tinham fluxo livre nos platôs, os quais hoje alguns são controlados pela mineração que tem o direito de lavra ou estão degradados pelas técnicas de extração do minério. Os territórios antes contínuos e dinâmicos se tornaram limitados pelas titulações de terra do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e pelo Instituto de Terras do Pará (ITERPA), que não consideraram nas demarcações o aspecto cultura de fluidez do território, como discutiremos ainda neste trabalho.

Outro conflito território gerado na região ocorreu devido à displicência da empresa com a questão ecológica e social, nas primeiras décadas de exploração. A MRN, durante anos, utilizou-se do Lago Batata como tanque de rejeitos, isto é, durante o processo de extração do mineral e exportação, o minério tem que ser lavado, o que leva a produção do rejeito (material rico em lama sem valor financeiro) que por não ter valor tem que ser eliminado. A empresa no processo de eliminação deste material causou, na época, um grande impacto sócio-ecológico. O lago, uma das principais fontes de renda e de alimento das populações, praticamente foi fortemente atingido pelo assoreamento provocado pela deposição constante de material argiloso. As populações locais contaram então com os recursos naturais imobilizados e viram a biodiversidade escassear-se lentamente, sofrendo impactos em sua organização sócio-espacial. Ou seja, o território (lago) e seu entorno antes usado para fins de sobrevivência humana, foi sobreposto pela MRN para o processo de eliminação dos rejeitos (no sentido literal) do modo de produção capitalista. Há neste sentido uma imposição do novo uso ou uma sobreposição de usos incompatíveis para o mesmo espaço. Os usuários mais frágeis, ou com menos poder começam a perder o controle do seu território, mesmo não sendo dominada por completo. O conflito envolvendo o lago Batata levou a atração de atores sociais extra-regional, com sentido de evitar uma maior degradação natural e social deste processo. A MRN como resposta às pressões externas passou a promover projetos de recuperação do lago, se tornando esse um dos principais *slogans* de legitimação da exploração e do território sustentável.

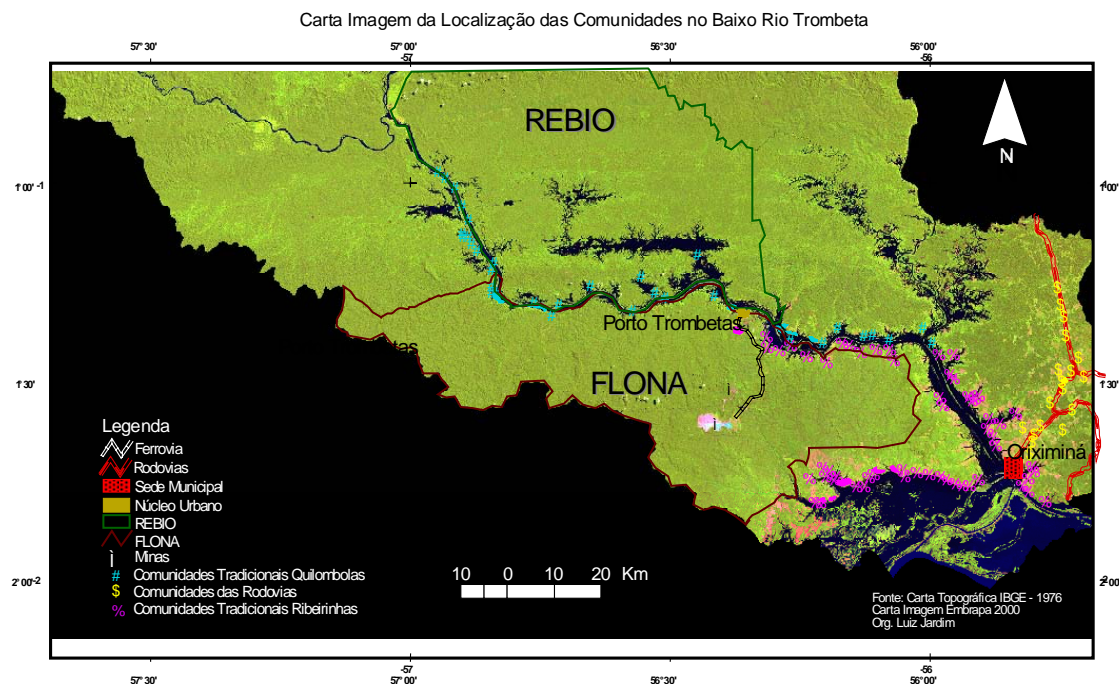
No sentido de justificar seus territórios e defender seus interesses os dois atores conflitantes, MRN e comunidades (mais intensamente os quilombolas), defendem seus discursos ideológicos e os expõem para a sociedade e os políticos discutirem. A MRN apresenta um discurso ideológico pautado no desenvolvimento econômico sustentável. No qual o desenvolvimento será alcançado pelo modelo de desenvolvimento sustentável, segundo o qual a preservação do meio ambiente é “prioridade”. Desta forma, a empresa legitima seu território, assim como a atividade altamente degradante, que é a exploração mineral, ganhando das agências internacionais títulos de empresa “cidadã” e preocupada com as problemáticas sócio-ambientais.

Os negros por meio do discurso étnico tentam legitimar seus territórios, se autodenominando remanescente de quilombos no sentido de vincular sua existência e terras aos antigos negros fugidos das fazendas de cacau. É bom lembrar que este discurso surge a partir de estudos promovidos por intelectuais das universidades nacionais e de organizações não governamentais, para justificar a territorialidade negra tendo em vista a pressão promovida pelo projeto minerador.

O contexto de sobreposição dos territórios quilombolas e de extração da mineração ultrapassam a discussão em escala local e atinge um nível nacional. As demarcações de

terras de remanescentes de quilombos são seguras por lei constitucional de 1988, assim como a exploração dos recursos minerais visando o interesse da nação.

Os conflitos e sobreposições territoriais não se restringem aos territórios da MRN e dos quilombolas no espaço da mineração. Os novos atores trazidos pelo projeto minerador, como é o caso do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA) também se territorializam e sobrepõem os territórios não só dos negros, mas também de outras comunidades tradicionais, como as áreas de conservação demarcadas institucionalmente.



3.

2 O IBAMA, as Áreas de Conservação e as Comunidades Locais

O IBAMA é o exemplo mais claro do processo de institucionalização e seus efeitos sócio-espaciais. A agência local regula as comunidades e o uso dos recursos naturais a partir de novas regras e normas. Os territórios das áreas de conservação são expressão dos impactos espaciais e reguladores desta instituição, com forte vínculo com a MRN.

A MRN deu início as atividades minerais em 1976, três anos depois foi promulgado no congresso nacional, a proposta da própria empresa, de demarcação da Reserva Biológica do Trombetas (REBIO). Em 1989, a pedido também da mesma foi demarcada a área da Floresta Nacional de Saracá-Taquara (FLONA) que finaliza até então o processo de institucionalização do IBAMA no “Espaço da Mineração” em Oriximiná. As transformações territoriais ocorridas neste contexto são reflexo do jogo de interesse da empresa mineradora, cujo objetivo é proteger seu entorno de futuras ocupações e preservar as reservas de capital ali existente a partir de um discurso de proteção ambiental, como retrata COELHO no caso de Carajás:

“(...) o entorno dos territórios criados e defendidos pela empresa mineradora é local de disputa, lugar onde o centro (a empresa) tende a se estender territorialmente e impor sua racionalidade. Este encontra sempre maneiras legítimas de fiscalizar e regular as vidas dos moradores do próprio território e do entorno (...).”

A reivindicação e luta por uma vasta área de terra por parte de uma grande empresa (...) representa também suas pretensões de ampliação futura de suas atividades mineradoras e de extensão de controle do patrimônio ambiental a um espaço mais amplo, em face das necessidades atuais e futuras de diversificação de suas atividades e escassez” (COELHO; 2002).

A REBIO é a unidade de conservação mais restrita em virtude de sua utilização para fins de proteção máxima dos ecossistemas e da biodiversidade. No âmbito jurídico, em áreas de conservação de reserva são vedadas a qualquer entrada ou existência de grupos ou indivíduos humanos, garantindo assim, o controle que a empresa pretendia sobre o território. Além de ter proposto a criação da REBIO, a MRN assegura a manutenção em termos de estrutura e financiamento por meio de convênio existente entre empresa e IBAMA. Desta forma a empresa se torna um órgão fiscalizador, com poder de polícia que promove a segurança dos recursos naturais e do território do entorno, evitando qualquer possível exploração dos recursos e a formações de novos territórios que poderiam vir a ameaçar o projeto minerador .

A relação entre IBAMA e MRN é muito estreita, caracterizando-se como uma espécie de dependência recíproca, pois o primeiro necessita da estrutura e dos investimentos da empresa mineradora e o segundo da proteção de seus interesses no entorno, que só pode ser feito legalmente por intermédio de órgão público ambiental. Os Governos Federais também se mostram a favor desta vinculação que começa a se intensificar a partir da Constituição de 1988, com fortes tendências descentralizadoras, pautada no discurso de maior participação da sociedade nas questões ambientais (CUNHA e COELHO, 2003). A comprovação do novo panorama é demonstrada pela promulgação da segunda proposta da MRN para delimitação para áreas da conservação da Floresta Nacional Saracá –Taquara em 1989.

Tabela 1 – Unidades de conservação no entorno da área da MRN

Unidade de Conservação	Data de Criação	Decreto/ Lei	Extensões Territoriais	Atribuições Gerais	Atribuições Específicas
Reserva Biológica do Rio	21 de setembro 1979	Nº84.018 /Nº4.771	385.000 ha	Área delimitada com finalidades de conservação e proteção integral da fauna,	A REBIO tem objetivos proteger a tartaruga-da-amazônia. No território

Trombetas (REBIO)				flora e as belezas naturais para fins científicos e educacionais, sendo proibida qualquer forma de exploração dos recursos naturais; não é permitida a visitação pública apenas para fins de pesquisa ou educação.	encontram-se densas áreas de castanhais. Existem conflitos devido à existência de habitantes no interior e pelo uso dos recursos.
Floresta Nacional Saracá-Taquera (FLONA)	27 de dezembro 1989	Nº98.704 /Nº4.771	429.600 ha	Área provida de cobertura vegetal nativa ou plantada, com os objetivos: promover o manejo dos recursos naturais com ênfase nos recursos minerais com direito de lavra autorizado por lei., garantir a proteção dos recursos hídricos, das belezas cênicas, e dos sítios históricos e arqueológicos; é permitida a visitação pública.	Área de particularidade geológica onde se encontra grande projeto de exploração de bauxita da MRN. Existência de castanhais. Há conflitos de luta por terra.

Fonte: IBAMA e COELHO (2002), – Elaborado por Luiz Jardim.

As transformações sócio-espaciais e a geração de conflitos pelo chegada das Agencias de Fiscalização Ambiental, trazidas pelos interesses da empresa mineradora e serão tratados agora de forma cronológica, levando em consideração as mudanças em cada tempo historio e seus efeitos na disposição territorial regional

3.2.1 Reserva Biológica do Trombetas

A partir de um discurso aparentemente distorcido, pois existiam interesses mais poderosos, que não se limitaram à preservação plena da biodiversidade (ou a defesa das tartarugas e da madeira de lei) foi instalada no município de Oriximiná a REBIO do Trombetas, localizada na margem esquerda do rio trombetas e extensão de 385.000 há em 1979. A REBIO por lei não permite a existência de grupos humanos vivendo no seu interior, pois a interação entre indivíduo e natureza é dada como risco à preservação ecológica local. As reservas nacionais estão estruturadas num discurso puramente bio-ecológico, defendendo de forma não claramente explicita, o controle populacional para maior proteção da biodiversidade. O problema é que, assim como a MRN que tratou a região do Trombetas como espaço vazio, o Governo Federal, ainda sobre o controle ditatorial dos militares, demarcou a reserva sem levar em consideração as comunidades ali residentes. Disso decorreu uma sobreposição de territórios utilizados pelas comunidades de quilombolas e o novo território constituído pela Reserva Nacional do Rio Trombetas. É neste processo que aflora os maiores conflitos existentes na região. O Governo Militar, sendo representado pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), começou uma política de eliminação dos territórios sobrepostos, para isso utilizou-se até mesmo de violência física e moral para efetuá-la. Comunidades quilombolas da margem esquerda do Trombetas começaram a ser expulsas de suas terras sem qualquer indenização. Diversos atos de violência foram denunciados pela pastoral de Oriximiná durante a década de 1980.

Comunidades como Jacaré, Arrozal, Mãe Cue e Tapagem foram desterritorializadas do recém criado território da REBIO, e seus habitantes tiveram destinos diferenciados. Muitas famílias foram transferidas para outras comunidades negras, passando da margem direita para a margem esquerda do rio ou saíram da região. Apesar da ação do antigo IBDF, ter sido considerada pelos moradores como amedrontadora muitas comunidades ainda permaneceram no território da REBIO. O conflito permanece até hoje, apesar da entrada de idéias que “humanizaram” a questão ambiental no âmbito das políticas públicas ambientais nas últimas décadas, como destaca Cunha e Coelho (2003).

“(...) o processo de criação de reservas extrativistas, revelou como um novo conjunto de idéias e valores tem influenciado o processo de formulação de políticas ambientais no país. Noções de co-manejo ou de gestão participativa, baseada numa estratégia conservacionista de proteção da natureza e numa visão instrumental/reformista dos mecanismos regulatórios do uso dos recursos naturais, passa, a ser dominantes no setor” (Cunha e Coelho: 2003).

A REBIO se encontra em um território extremamente rico em recursos naturais, onde se encontram os principais platôs cobertos de castanhais, os grandes lagos e a densa floresta com infinidade de alimentos e de matéria-prima vegetal. As comunidades negras que vivem no interior da REBIO e as do entorno sempre se utilizaram destes recursos e do território para alimentação da família e geração de renda. Há, neste sentido, o processo de “cercamento” dos recursos naturais e dos territórios, antes contínuos e de livre acesso às comunidades, que passaram a ser restritos e proibidos pelo IBAMA, pois como dito acima, qualquer tipo de exploração é proibida e considerada ilegal.

Há quilombolas que definem o processo de “cercamento” dos recursos como nova forma de escravidão, pois os indivíduos ficam sem poder acessar seus recursos, não tendo outra escolha de sobrevivência que não seja de burlar a lei. A desobediência às leis, promovida pelas comunidades, reflete a reação e negação ao sistema imposto pelo Estado e a necessidade de continuar utilizando-se dos bens da floresta. A problemática se agrava ainda mais quando ao infringir a lei, os quilombolas se tornam criminosos. A cultura centenária de uso da natureza e de circulação sem fronteiras se torna crime sujeito à repressão do órgão regulador e da polícia. Criam-se então, conflitos constantes entre as comunidades que necessitam do uso do meio e o IBAMA, como repressor e, ao mesmo tempo, protetor do território ecológico.

3.2.2 Floresta Nacional Saracá-Taquera

No ano de 1989, no fim do primeiro governo civil brasileiro pós-ditadura, foi promulgada pelo então presidente José Sarney e também por interesse da MRN a Floresta Nacional Saracá-Taquera (FLONA). Localizada na margem direita do rio Trombeta, uma área de 429.600 há, inclui o território concedido para lavra à MRN, a FLONA tem como interesse, por parte da empresa a preservação dos recursos para futuros empreendimentos, que podem até mesmo não ser efetuados (ACEVEDO e CASTRO, 1998).

A FLONA foi criada com o discurso de aumentar a regulação e a fiscalização sobre o processo de extração da bauxita. A justificativa para tal política foi que acontecimentos de negligência empresarial ao ecossistema, como a poluição do lago Batata não acontecerem mais. Certamente, não só objetivos de proteção da biodiversidade constavam dos interesses da criação de uma nova área de conservação. O crescimento populacional de comunidades do seu entorno da mineração como: comunidade do lago Batata, a vila Paraíso e a comunidade do Ajudante, por imigrantes que almejavam emprego e ex-funcionários da MRN passaram a preocupar a empresa. Como estratégia para controle populacional do entorno na margem direita do rio Trombetas, foi criado mais um território controlado pelo convênio IBAMA/MRN, a FLONA.

A demarcação da FLONA em 1989, assim como a da REBIO não levou em consideração as comunidades existentes, mesmo se tratando de um governo tendências “Democráticas”, sobrepondo a floresta nacional aos territórios negros e caboclos. Devido sua localização e extensão a Floresta não só sobrepôs os territórios negros, mas também os usados por comunidades caboclas, localizadas na margem direita do rio trombetas abaixo de Porto Trombetas e no lago Sapucúá.

Mesmo permitindo a existência de populações no interior da área de conservação, a FLONA só prevê o uso dos recursos naturais por meio de análise de impacto ambiental aprovada pelo IBAMA. Assim, a criação da FLONA prejudicou as comunidades que viviam destes produtos e do roçado, que se viram impossibilitadas de extrair seu sustento e alimentos.

As novas instituições e seus territórios se sobrepuseram aos das comunidades anteriormente existentes. Os limites são objeto de insatisfação e de conflitos envolvendo diferentes grupos sociais. Tudo isso que se reflete nos discursos ideológicos conservacionista-biológico do IBAMA, que defende a proteção do meio natural a todo custo, o de empresa “cidadã” da MRN, preocupada com o meio ambiente, mascarados pelas certificações ambientais e a aquisição dos padrões ISO (International Organization for Standartization) 9001 e 14000. Finalmente no discurso ideológicos das comunidades quilombolas e caboclas que pleiteiam a demarcação de suas terras se apóia nas justificativas do território étnico e direito constitucional a terra. No interior dos conflitos os

diferentes atores busca a se organizar social, no intuito de fortalecer suas ações e defender seus interesses. Procuram, assim, criar redes de relações sociais que aumentam a diversidade de atores e suas escalas de abrangência.

4. Lutas Sociais e Atores em Conflitos

As lutas sociais em Oriximiná tiveram início nos tempos de quilombos com as fugas dos negros para a floresta. Os embates entre as milícias de captura (Caçadores de negros) e os negros de quilombos fazia crescer uma nova identidade, de um grupo de escravos tão heterogêneo (de origens distintas no território africano). As fugas em bandos, a organização em comunidade, os trabalhos coletivos, as novas fugas das milícias com as destruições dos antigos quilombos criavam afinidades, novas culturas com a miscigenação, novos modos de relação e uma identificação de mocambeiros ou quilombos.

Nos anos oitenta, no contexto das lutas sociais, a identidade quilombola é retomada aparecendo agora a luta dos remanescentes de quilombos. Os grupos ameaçados pelo projeto minerador e pelo processo de institucionalização desencadeada pela entrada o IBAMA e da MRN em Oriximiná, utilizam-se dos discursos ideológicos de etnicidade (O'DWYER, 2002), para comprovar sua territorialidade e justificar as ações de lutas contra as transformações espaciais. As comunidades de remanescentes passam, a se aliarem com atores poderosos de importância regional e nacional no intuito de montarem sua rede de relações sociais de luta por terra.

O processo de formação e luta política em Oriximiná se dá num período histórico em que ganham visibilidade os movimentos sociais rurais brasileiros e os movimentos negros passam a se organizar. São formados, num contexto de luta, o Movimento Negro Unificado (MNU), a Comissão Nacional de Articulação dos Quilombos e outras entidades negras organizadas em todo território brasileiro, que devido suas ações desde a década de 1980 conquistaram muitas vitórias (ANJOS, 2001). Dentre essas vitórias destaca-se a das comunidades de remanescentes, contemplada pelo artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, no qual dispõe: "Aos Remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos" (ANTUNES, 2000; ANJOS, 2001). É a partir deste artigo constitucional que os Negros do Trombetas defenderam seus territórios da expansão do interesses capitalista e ambientalista das novas instituições locais.

4.1 Lutas por Territórios e Demarcações de Terras Quilombolas

Com a chegada da MRN em 1976, e, posteriormente, dos territórios da área de conservação da REBIO em 1979 e da FLONA em 1989, muitas comunidades que habitavam

a margem esquerda do rio Trombetas foram removidas a forças pela Polícia Federal para implantação da Reserva Biológica, que não permite a existência de indivíduos no seu interior, nem o acesso aos recursos naturais como os lagos e os castanhais no seu interior, poção mais abundante do município. Comunidades que estavam no caminho de futuros projetos mineradores também foram removidas. Todavia, o problema se acirrou ainda mais com a criação da Floresta Nacional que restringiu a circulação dos indivíduos e o acesso aos recursos naturais a mais uma extensa área. A violência foi constante durante o processo de criação dos novos territórios, o que chamou a atenção de entidades dos direitos humanos e da Igreja Católica de Oriximiná. Esta última passou a ter um papel importante na luta por direitos das comunidades de remanescentes.

A Igreja Católica, através de missionários das Sociedades do Verbo Divino, os Verbitas, em Oriximiná desde os anos oitenta, foi a primeira via de acesso das queixas das comunidades à sociedade oriximinaense. Entre 1980 – 81 os pioneiros ouviram testemunhos sobre os episódios de preconceitos e humilhações pelo estigma da raça que os negros sofreram (ANTUNES, 2000). A Igreja Católica passou então a apoiar as comunidades numa luta jurídica contra o preconceito e violência racial. A outra face da luta, neste primeiro momento, foi incentivar a recriar e reconstrução da dignidade, a partir da exaltação da cultura e do orgulho étnico. Houve neste processo algumas negações da sociedade local devido ao apoio da Igreja aos Quilombolas, que foram taxadas de ser contra o desenvolvimento da região.

Num segundo momento, os Verbitas passaram a iniciar a criação e o acompanhamento das comunidades eclesiais de base (CEBs), seguindo os ideólogos da Teologia da Libertação. Foram criadas delegacias dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais em todas as comunidades, como forma de organização de luta por seus direitos, além de promover cursos sindicais e conscientização política, sempre na ótica do oprimido (ANTUNES, 2000).

A criação de uma associação representativa dos negros de Oriximiná passou a ser construída, pelas políticas, ainda necessárias, de resgate a identidade dos antigos quilombolas. Pois as comunidades foram por longos períodos oprimidas por patrões da castanha e políticos tradicionais. Para reconstruir a identidade cultural deste povo, a Igreja aproximou as de outras comunidades de antigos quilombos do estado do Pará, além de intelectuais das universidades federais regionais por meio de encontros sobre cultura negra. Isso só foi possível por se tratar de uma instituição religiosa de alcance em múltiplas escalas, a qual contem uma ampla rede de relações sociais. Aos poucos nos encontros culturais formam se acrescentando questões políticas, assim surgia a Associação dos Remanescentes de Quilombos do Município de Oriximiná (ARQMO) como forma de organização e luta dos povos negros do rio Trombetas, Cuminã e Erepecuru.

“Criada em 1989, a ARQMO surgiu como resposta às invasões e ameaças contra os territórios registrados a partir da década de 70, quando se intensificou a ocupação da região. Data deste período, a instalação da Mineração Rio do Norte que ocupou parte de suas terras; a criação da Reserva Biológica do Trombetas que impediu o acesso aos principais castanhais; a edificação pela Eletronorte de uma vila para implantação da Hidroelétrica de Cachoeira Porteira, no Rio Trombetas; e, ainda, o aumento do número de fazendas e de ocupações de pequenos posseiros. A criação da ARQMO foi motivada também pela necessidade de fazer valer o direito à propriedade da terra assegurado pela Constituição Federal de 1988. (www.quilombo.org.br)”.

A ARQMO foi criada com o apoio não só da Igreja Católica, que teve importante papel na conscientização política das comunidades negras, mas também do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, da Federação dos Trabalhadores da Agricultura, do Movimento dos Atingidos por Barragens, de lideranças negras nacionais, do CEDENPA – Centro de Estudos e Defesa dos Negros do Pará e da CPI-SP – Comissão Pró-Índio de São Paulo. Desta forma, se formou uma ampla e forte rede de relações sociais a qual permitiu o crescimento da importância e do poder políticos dos remanescentes e sua instituição da esfera local a nacional, permitindo a criação de seus territórios e aumentando a disponibilidade de luta por mais demarcações.

A Associação começa a partir de sua criação a lutar pelas demarcações de terra prevista pelo artigo 68 da Constituição Federal. Com o apoio das diversas instituições citadas acima, as comunidades começaram a promover ações políticas de luta, como atos públicos, a participação em audiências públicas sobre os projetos mineradores na região e a autodemarcação das terras por meio de placas identificando os limites territoriais desejados ao longo do rio Trombetas. Tais ações tinham como intuito de estabelecer marcos e símbolos contra a constante invasão de suas terras não só pela extração de bauxita, mas pelo processo de compra e venda de terras que afloraram nas vizinhas das comunidades, além de pressionar o Estado e suas agências frente ao direito e a demanda por terras do grupo quilombolas.

A primeira vitória da ARQMO e dos grupos que lutam pelos direitos dos remanescentes de quilombos no Brasil foi a titulação em 1995 da comunidade Boa Vista. Localizada a margem direita do rio Trombetas e no interior da FLONA, Boa Vista é a comunidade mais próxima do projeto minerador e a única comunidade dentro de uma área de conservação. Foi também a primeira comunidade quilombola brasileira a ter sua área demarcada. A demarcação promovida pelo INCRA obedeceu às reivindicações dos representantes dos quilombolas de Oriximiná de título coletivo da terra.

Nem sempre as agências tituladoras levam em consideração o uso do território de forma contínua e fluida construída a partir do extrativismo, e assim, preservados os costumes dos antepassados de uso coletivo da terra e as áreas que a comunidade usava para sobreviver incluindo a área de moradia, roçado, caça, pesca e também de coleta de diversos produtos da floresta, mantendo-se assim as práticas extrativistas (castanha, açaí, ubim etc) (ARQMO & PRO-ÍNDIO).

Tabela 2: Áreas Quilombolas Demarcadas em Oriximiná

Terra Quilombola	Comunidades	Extensão	Situação Fundiária
Boa Vista	Boa Vista	1.125, 0341 Ha	Titulada pelo INCRA em 1995
Água Fria	Água Fria	557,1355 Ha	Titulada pelo INCRA em 1996
Trombetas	Bacabal Aracuan de Cima Aracuan do Meio Aracuan de Baixo Serrinha Terra Preta II Jarauacá	80.887, 0941 Ha	Titulada pelo INCRA e ITERPA em 1997
Erepecuru	Pancada Araçá Espírito Santo Jauari Boa Vista do Cuminã Varre Vento Acapu	218.044,2577 Ha	Titulada pelo INCRA em 1998 e pelo ITERPA em 2000

Fonte: ARQMO

Depois de Boa Vista, mais três comunidades tiveram suas demarcações decretadas. Receberam também o título coletivo da terra: as comunidades de Água Fria, localizada em 1996, hoje chamada de Área Trombetas. Este corresponde ao título de uma área comum a sete comunidades, em 1997, e a área do Erepecuru que consiste ao título da terra comum a oito comunidades.

Apesar de 16 comunidades terem suas terras demarcadas, 11 ainda esperam por titulação. A problemática consiste em que as 11 comunidades estão localizadas no interior das áreas de conservação (REBIO e FLONA), constituindo uma sobreposição de territórios, que como dito anteriormente tem provocado muitos conflitos. Além de uma sobreposição de territórios. Há um conflito de leis Federais no interior das áreas de conservação, ao mesmo tempo, em que: é estritamente proibida a existência de propriedades privadas no interior da reserva e floresta nacionais; todos os descendentes de quilombos ocupando suas terras têm direito à titulação. Bem, este problema de ordem institucional tem que ser resolvido na Câmara e o Senado Federal com a re-delimitação das áreas de conservação como pretendem as comunidades e suas organizações ou a remoção destes indivíduos como almejam o IBAMA e a MRN. Essa segunda opção, já teve sua ineficácia comprovada com o aumento da violência e dos conflitos no campo.

Não podemos considerar a luta por terra das comunidades quilombolas de Oriximiná como finalizada e vitoriosa, mas essa se encontra bem avançada e com muitas vitórias. Em face dessa trajetória de sucessos, todavia, muitas comunidades não negras, localizadas no interior da FLONA começam a reivindicar suas titulações, também de forma coletiva dentro com principal a parceiro o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR).

4.2 Luta pelo Acesso aos Bens da Floresta e Recursos Financeiros

Atualmente, após algumas vitórias alcançadas, as comunidades se engajam em lutas por outros direitos mais amplos, como o direito de acesso aos recursos naturais da floresta, suas principal fonte de renda e o direito a captar recursos financeiros para investir em projetos. Almejam, assim, o desenvolvimento econômico e uma melhoria das condições de vida locais. Essas reivindicações fazem emergir novos atores neste complexo espaço da mineração.

A luta pelo acesso aos recursos naturais nos faz retomar a discussão anterior. As comunidades quilombos e as caboclas desta região sempre utilizaram os recursos naturais para sua sobrevivência. Os produtos como extrativistas vegetais e animais sempre foram extraídos para consumo e/ou para venda no mercado regional. Com a chegada do IBAMA e de MRN tanto com seus territórios “fechados”, como agente, criador de novas regras e normas reguladoras dos recursos naturais e de territórios, transformando o modo de vida das comunidades pré-existentes.

A outra forma de luta, não comum, tem sido apresentada por meio de negociações políticas entre as organizações que defendem as comunidades (Sindicatos, ARQMO, ONG's) e o IBAMA. Constroem-se, portanto, acordos para exploração em determinados períodos como a coleta da castanha ou por determinados grupos como os residentes no interior das áreas de proteção ambiental.

Neste momento de lutas, em que se afrouxa normas e repressões, as comunidades passam a se organizar para ter acesso a novas fontes de recursos financeiros para desenvolver seus projetos. Neste processo, há a entrada de diversos novos atores sociais, de forças e influências em múltiplas escalas, que influenciaram o espaço e os territórios locais, pressionar os órgãos competentes, apresentar propostas ou investir financeiramente nas comunidades.

Algumas ONG's com a CPI-SP apresentam às comunidades propostas alternativas de reestruturação econômicas, que não as levam a chocar-se com as restrições impostas pelo IBAMA como os projetos de agro-florestal. Aos poucos os projetos vêm entrando em andamento em algumas comunidades quilombolas, são investidos por ONG's que apóiam o desenvolvimento local como é o caso da ICCO Oxfam & Missão e Diaconato Mundial das

Igrejas Reformadas em Holanda, que financia projetos sociais dos grupos quilombolas de Oriximiná, através da ARQMO. As ONG's além de investidoras e planejadoras dos remanescentes, também legitimam a lutas e as ações de desobediência das leis e de territorialidades frente à sociedade civil.

Outros atores presentes neste processo de reestruturação econômica das comunidades são as instituições de fomento internacionais como o PPG7, Banco Mundial e a União Européia que investem em projetos de desenvolvimento. A própria MRN é um ator que pontualmente tenta promover o desenvolvimento das comunidades, como parte do seu papel de empresa cidadã, como é o caso das comunidades de Boa Vista e do Lago Sapucaá, áreas de conflitos com a empresa.

A existência da MRN e dos conflitos gerados por sua implantação foram atores de visibilidades e atração para os atores instalarem-se neste conflituoso espaço. A entrada dos novos atores aumenta ainda mais a complexidades, e as redes de relações sócias e de poder do espaço de Oriximiná, legitimado os territórios e as ações dos atores locais apoiados por eles.

5. Considerações Finais

O projeto minerador muda completamente as relações sociais e as disposições territoriais no espaço. São a partir das mudanças ocorridas que se constituem novas territorialidades, que compõem o entorno da Mineração. Tal entorno é formado por um complexo jogo de relações de poder, no qual estão representados atores anteriores e posteriores ao empreendimento. Os novos e velhos atores se inter-relacionam, sejam para se unirem, quando detêm interesses comuns ou para confrontarem-se quando objetivam fins antagônicos. Neste processo de relações sociais, os fluxos de trocas entre os atores sociais são diversos (informações, discursos ideologias, recursos financeiros, recursos naturais, apoios políticos, ações em geral). São através das ações sociais que se constroem as redes conectando os objetos, neste caso, os atores e formando os territórios, por e a partir das relações de poder.

A MRN, IBAMA e os outros agentes reguladores se constituem em um único grupo que foi introduzido por um processo de institucionalização do espaço. Este representa a materialização das normas, regras, leis e limites dos territórios, criando assim novos conflitos e sobrepondo interesses e territorialidades. Os grupos sociais se relacionam com todos os outros, incluindo os atores coletivos com os quais conflitam, necessitando de mediadores.

Os atores coletivos são as associações, sindicatos que representam os interesses dos atores individuais. Os coletivos, assim como os agentes reguladores, relacionam se

como os agentes financeiros e administrativos, representados pelas instituições internacionais e as diversas escalas de governo, para arrecadar fundos e ganhar apoio político, para legitimar os territórios e as ações.

Os mediadores, ONG's, Igrejas e partidos políticos, objetivam apaziguar os conflitos existentes e direcionar os investimentos das agentes financeiros em forma de projetos para os grupos individuais. Apesar de se relacionarem com todos os atores, eles não são neutros pois detêm posições políticas claras.

Os atores individuais, por sua vez, se relacionam de forma conflitante e paternalista com os agentes reguladores e com as diversas esferas governamentais. Eles conflitam nos interesses para com os usos territoriais, mais recebem apoios financeiros e de proteção dos territórios por esse grupo.

As redes de múltiplas relações sociais que representam os interesses financeiros, políticos, culturais, ecológicos e territoriais de cada ator coletivo ou individual, assim como o poder de controlar os recursos naturais do espaço, bases materiais essenciais para a consolidação do poder de determinado grupo no espaço capitalista amazônico.

REFERÊNCIAS

- AB'SABER, A (2003). *Os Domínios de Natureza no Brasil: Potencialidades Paisagísticas*. São Paulo: Ed. Ateliê Editorial.
- ACEVEDO, R. & CASTRO, E.(1998). *Negros de Trombetas: guardiões de matas e rios*. 2 e.d.. Belém: Cejup/UFPA-NAEA.
- ANJOS, R. S. A dos (2001). O Espaço Geográfico dos Remanescentes de Antigos Quilombos no Brasil. In: Terra Livre, n. 17; 2º semestre/2001. São Paulo: AGB.
- ANTUNES, J. C. dos R. (2000). *A Missão nos Quilombos de Oriximiná*. In: VERBUM SVD.
- A.R.Q.M.O. & CPI-SP (.....). *Minha Terra: Meus Direitos, Meu Passado, Meu Futuro*. São Paulo e Oriximiná: Editora ARQMO e CPI-SP.
- BUNKER, S. (2000). Joint Ventures em Ambientes Frágeis: O Caso do Alumínio na Amazônia. In: *Novos Cadernos do NAEA* V.3, N.1, Jun 2000. Belém: NAEA/UFPA.
- COELHO, M. C. N. (1997) A CVRD e a (Re)Estruturação e Mudanças na Área de Carajás (Pará). In: COELHO, M. C. N. & COTA, R. G. (Orgs.). *Dez Anos da Estrada de Ferro Carajás*. Belém: NUMA/NAEA/UFPA.
- _____(2000). Política e Gestão Ambiental (des)Integrada dos Recursos Naturais na Amazônia Oriental. In: COELHO, M. C. N. et al (Orgs.) *Estado e Política Públicas na Amazônia: Gestão de Recursos Naturais*. Belém: Cejup/UFPA-NAEA.
- COELHO, M. C. N., LOPES, A. G., SILVA, A C.da, SILVA, F. A. O da, FONSECA, H, MATOS, I. de S. & SOUZA, M. R. de (2002) Territórios, Cidades, e Entornos no

- Espaço da Mineração em Carajás / Pará – Amazônia Oriental. In: TRINDADE Jr. S. C. et al (Orgs.). *Cidade e Empresa na Amazônia: Gestão do Território e Desenvolvimento local*. Belém: Paka-Tatu.
- CUNHA, L. H & COELHO, M.C.N.(2003). Políticas e Gestão Ambiental. In: GUERRA, A J. T. & CUNHA. S. B (Orgs.). *A Questão Ambiental: Diferentes Abordagens*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA –IBGE (1977). *Geografia do Brasil – Região Norte*. Rio de Janeiro, IBGE.
- HAESBAERT, R. (2004). *O Mito da Desterritorialização: Do “Fim dos Territórios” Multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- O’ DWYER, E. C. (2002). Remanescentes de Quilombos na Fronteira Amazônica: A Etnicidade como Instrumento de Luta pela Terra. In: *Boletim Rede Amazônia: Diversidade Sócio-cultural e Políticas Ambientais*, Ano 1 n. 1, 2002. Rio de Janeiro: UFRJ.
- RAFFESTIN, C. (1993; 1980). *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática.
- SANTOS, M (1996). *A Natureza do Espaço: Técnicas e Tempos. Razão e Emoção*. São Paulo: Editora Hucitec.
- SOUZA, M L. (1995). O Território: Sobre Espaço, Poder, Autonomia e Desenvolvimento. In Castro et al. (Orgs) *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Sítios:

www.Ibama.gov.br

www.quilombo.org.br